



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO



**MENSAGEM/199**

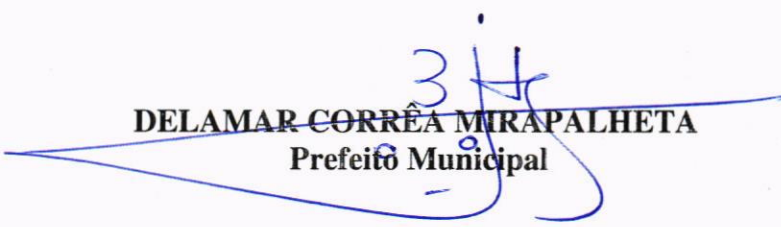
Rio Grande, 04 de agosto de 2000.

Senhor Presidente,

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa, para Apreciação e Aprovação, o incluso Projeto de Lei nº 029, que **"ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 5.018, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1995"**.

Sendo o que tínhamos para o momento, colhemos o ensejo para renovar a V. Exa. e Nobres Pares, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

  
**DELAMAR CORRÊA MIRAPALHETA**  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
Ver. DANÚBIO SOARES  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
NESTA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 029, de 04 de agosto de 2000.**

**ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 5.018, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1995.**

**Artigo 1º** – Fica alterado o Artigo 2º da Lei nº 5.018, de 12 de dezembro de 1995, que "Institui o Conselho Municipal de Alimentação Escolar", tendo em vista a Medida Provisória nº 1.979-19, de 02 de junho de 2000, que passa a ter a seguinte redação:

**"Artigo 2º** – O Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, fica constituído por 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, indicados pelas entidades, com a seguinte composição:

1. Um representante do Poder Executivo, indicado pelo Senhor Prefeito Municipal;
2. Um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal do Rio Grande;
3. Dois representantes dos professores, indicados pelo SINTERG;
4. dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares;
5. um representante da União Riograndina de Associações de Bairros – URAB.

**Parágrafo Único: ...."**

**Artigo 2º** – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Artigo 3º** – Revogam-se as disposições em contrário.

Rio Grande, 04 de agosto de 2000.

**DELAMAR CORRÊA MIRAPALHETA**  
Prefeito Municipal

cc: SMF/SMCP/UPE/CM/PJ/CAE/Entidades/Membros/Publicação



CIDADE HISTÓRICA  
PATRIMÔNIO  
DO RIO GRANDE DO SUL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 5.018

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL  
DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Alberto José Barutot Meirelles Leite Prefeito Municipal do Rio Grande, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, em seu artigo 51 inciso III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica criado o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, em conformidade com a Lei Federal nº 8.913, de 12 de julho de 1994.

**Artigo 2º** - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar é constituído de 9 (nove) Membros indicados pelas entidades que o compõe, juntamente com igual número de suplentes, sendo:

- a) 1 (um) Membro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC;
- b) 1 (um) Membro da Secretaria Municipal da Fazenda - SMF;
- c) 1 (um) Membro representando as Direções das Escolas Municipais, eleito entre seus Diretores ou Vice-Diretores;
- d) 1 (um) Membro representando o Magistério Municipal, indicado pelo SINTERG;
- e) 1 (um) Membro representando os pais de alunos, indicado pela Associação de Círculos de Pais e Mestres de Rio Grande - ACPM;

*Al. Barutot Meirelles Leite*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

2

## GABINETE DO PREFEITO

- f) 1 (um) Membro representando a área de Engenharia de Alimentos, indicado pela Universidade do Rio Grande;
- g) 1 (um) Membro da 18ª Delegacia de Educação;
- h) 1 (um) Membro representando a União Riograndina de Associação de Bairros - URAB;
- i) 1 (um) Membro representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

**Parágrafo Único:** A escolha dos Membros e seus suplentes, dar-se-á no âmbito de cada entidade representativa, que enviará a indicação dos nomes ao Prefeito Municipal para nomeação.

**Artigo 3º** - O mandato de cada Membro do Conselho Municipal de Alimentação Escolar será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

**Parágrafo Único:** Somente os Membros indicados nos itens: "a", "b" e "c", do Artigo 2º, da presente Lei, na primeira investidura, terão o mandato de 1 (um) ano.

**Artigo 4º** - Os Membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar devem residir no município, não serão remunerados e terão suas ausências às atividades externas, em dias e horários de reuniões, devidamente abonadas mediante atestado firmado pelo Presidente, em razão do exercício de função considerada de interesse público relevante.

**Artigo 5º** - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar desenvolverá seu trabalho na forma do que for estabelecido em seu regimento interno.

**Artigo 6º** - Cabe ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

- a) elaborar o regimento interno a ser homologado pelo Prefeito Municipal;
- b) fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à Merenda Escolar;
- c) acompanhar a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devendo respeitar os hábitos alimentares da localidade;

**RIO GRANDE**

CIDADE HISTÓRICA  
PATRIMÔNIO  
DO RIO GRANDE DO SUL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

3

## GABINETE DO PREFEITO


d) sugerir alterações no Programa Municipal de Alimentação, tanto na variedade de oferta como na modalidade de distribuição.

**Artigo 7º** - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura prestará o apoio necessário ao funcionamento do Conselho.

**Artigo 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 9º** - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 12 de dezembro de 1995.

  
ALBERTO JOSÉ BARUTOT MEIRELLES LEITE  
Prefeito Municipal

cc.: SMF/SMCP/UPE/CM/SMEC/  
SINTERG/ACPM/FURG/18ªDE/  
URAB/STR/Publicação.-

jexc.-

**RIO GRANDE**  
CIDADE HISTÓRICA  
PATRIMÔNIO  
DO RIO GRANDE DO SUL





Estado do Rio Grande do Sul  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Assunto :

**PARECER**

PROCESSO Nº 75.478

Esta Comissão, após apreciar o projeto de Lei, constante do Processo acima mencionado, declara tratar-se de matéria CONSTITUCIONAL.

Este o parecer desta Comissão, que o submete à deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1990

[Assinatura]  
Presidente

[Assinatura]  
Vice-Presidente

[Assinatura]  
Secretário

[Assinatura]  
Membro

[Assinatura]  
Membro